

GOVERNANÇA EUROPEIA :

COMUNITARISMOS E CLERICALISMOS AO PODER ?¹

Luis Manuel MATEUS

O modo de relacionamento corrente dos europeus com a « vivência religiosa », constituiria, segundo Grace Davie², uma situação muito particular : não frequentando mais as igrejas, eles continuariam, contudo, muito apegados às « Igrejas institucionais », entendidas como instâncias de « utilidade pública ». Esta característica seria de tal modo expressiva que, na Europa, se deveria antes falar de uma « religião vicarial » (« vicarious religion »)³, uma espécie de « religião delegada », fundada sobre uma memória colectiva perpetuada, designadamente, pelos sistemas educativos e pelos meios de informação. Segundo a mesma autora, perante a eventualidade da fragmentação e desaparecimento desse memória, a alternativa que se imporia como um dos maiores desafios contemporâneos das sociedades europeias seria a da procura de uma afirmação de « mutações saudáveis » (« healthy mutations ») dessa memória religiosa e, evidentemente, uma recusa de todas as outras.

Em minha opinião – e o meu ponto de vista respeita particularmente a Portugal, onde as populações imigrantes ainda são muito minoritárias –, a descrição apresentada por G. Davie é bastante aceitável : 60% dos portugueses continuam a fazer-se baptizar, casar e enterrar religiosamente, mas só 20% frequentam a igre-

¹ As reflexões que ora se apresentam decorreram da participação num encontro sobre *o papel da Religião e das Igrejas no processo de construção da União Europeia*, no quadro da iniciativa *Uma Alma para a Europa* (Bruxelas, 12-13 de Novembro de 2001) – o grupo de iniciativa que procurava dar essa alma ao projecto europeu foi entretanto dissolvido...

² Grace Davie – Professora de Sociologia das Religiões na Universidade de Exeter, em Inglaterra e autora do livro *Religion in Modern Europe ; a memory mutates* [ed : Oxford University Press, 1994] – apresentou uma exposição no quadro daquele encontro.

³ Expressões como « religião de clérigos » ou « religião clerical » traduziriam talvez melhor a terminologia inglesa.

ja... Contudo, é possível fazer duas observações à sua abordagem da religião na Europa contemporânea :

- Se, a par dos europeus « originais », se considerassem também as populações recentemente imigradas, entre as quais os vínculos religiosos (e linguísticos) frequentemente desempenham um papel identitário muito poderoso, provavelmente a situação seria substancialmente diferente do modelo descrito ;
- A interpretação do fenómeno, o modo como ele é entendido enquanto problema e o desafio apresentado aos europeus pela socióloga inglesa parecem-me, no mínimo, contestáveis.

Com efeito, a secularização (não confundir com « laicisação ») que se constata actualmente existir entre as populações europeias « históricas » – e que não será necessariamente um problema... – não poderá ser compreendida sem ter em conta a emergência de uma consciência cívica « moderna » e da generalização de condutas que, favorecendo a liberdade de pensamento, de consciência, de opinião e de expressão, permitem de cada indivíduo, seja a não-crença (religiosa), seja a « crença sem pertença » (« believing without belonging ») de que também nos fala G. Davie para definir a « cultura de consumo » que, em seu entender, estaria a tomar o lugar da antiga « cultura de obrigação ».

Mas o modelo de relação « distanciada », pouco participativa, dos europeus com a religião reproduz-se também noutros domínios, no trato com outras instâncias e, mais precisamente, no relacionamento com as instituições do poder representativo (governos, parlamentos, partidos, sindicatos, etc.), situação que começa a levantar problemas aos responsáveis comunitários europeus que, cada vez mais distanciados das populações de que deveriam ser os representantes, tomam consciência de exercer um poder muito pouco sustentado numa efectiva legitimidade democrática.

*« Os líderes políticos de toda a Europa estão hoje confrontados com um verdadeiro paradoxo. Por um lado, os europeus esperam que sejam eles a encontrar soluções para os grandes problemas das nossas sociedades. Por outro lado, estes mesmos cidadãos têm cada vez menos confiança nas instituições e na política ou, trata-se pura e simplesmente de um assunto em que não estão interessados. »*⁴. Assim se inicia o **Livro Branco da Governança Europeia**, onde a

⁴ **Governança Europeia ; Um livro branco** [Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, 25.7.2001 – COM(2001) 428 final]

Comissão Europeia faz notar que « *uma melhor utilização dos poderes deverá aproximar a União dos seus cidadãos e reforçar a eficácia das políticas* » e se propõe fazer « *a reforma (...) da forma como a União Europeia utiliza os poderes que lhe foram confiados pelos cidadãos* », permitindo « *abrir o processo de elaboração das políticas para reforçar a participação e a responsabilização* »⁵.

Mas, concretamente, como se propõem fazer ?

Para construir a « Europa diversa, pluralista e multicultural » que constitui o Projecto da União Europeia (EU) em curso, a Comissão Europeia, entre outras medidas visando o aperfeiçoamento das relações entre os diferentes níveis políticos institucionais (comunitários e nacionais), pretende substituir o « *modelo linear em que as políticas são da exclusiva responsabilidade dos dirigentes* » por um « *círculo virtuoso, baseado nas reacções dos interessados, nas redes e na participação a todos os níveis, desde a elaboração das políticas até à sua aplicação* »⁶, o que levará, por um lado, ao reforço das relações institucionais com os diferentes poderes locais (regionais, municipais, etc.) e, por outro, à promoção de uma participação mais forte de uma « sociedade civil » que agruparia « *as organizações sindicais e patronais (os parceiros sociais), as organizações não governamentais (ONG's), as associações profissionais, as organizações caritativas, as organizações de base, as organizações que implicam os cidadãos na vida local e municipal, com um contributo especial das Igrejas e das comunidades religiosas* »⁷.

Numa primeira abordagem, esta diligência pró « governança europeia » seria aparentemente interessante – quem poderia discordar de uma maior participação dos cidadãos em qualquer projecto político ? – ; contudo, quer a fórmula prevista para o fazer, quer as práticas já nossas bem conhecidas devem colocar-nos alerta.

Na verdade – e retomo o quadro português, convicto de que ele não será muito diverso das realidades vividas noutras zonas, pelo menos, nos países da Europa Meridional –, face à solução de « governança » estabelecida pela Comissão Europeia, podemos – e devemos – levantar algumas questões pertinentes :

⁵ Ibid.

⁶ Ibid.

⁷ Ibid. e também em : *Le rôle et la contribution de la société civile organisée dans la construction européenne* [Comité économique et social de l'UE – JOC-329, 17-11-99]

- Há, entre os parceiros adoptados pela Comissão Europeia como « representantes da sociedade civil », muitos que o não são, de todo, se os encararmos na perspectiva da representatividade democrática, não constituindo mais do que estruturas satélites de grupos políticos, de igrejas ou de comunidades religiosas⁸ – por exemplo, a maioria das organizações caritativas e numerosas organizações de base et ONG's estão, presentemente, sob controle, directo ou indirecto, da Igreja Católica, sendo praticamente impossível a criação e o desenvolvimento de instituições semelhantes fora da sua influência.
- O reconhecimento oficial de um « contributo específico das igrejas e das comunidades religiosas » no processo político europeu, só poderá conduzir ao reforço das influências clericais – ou « vicariais », se retomarmos a terminologia branda de G. Davie –, influências que, além disso, apesar da secularização dos costumes, nunca deixaram de se exercer de maneira muito acentuada na vida civil.

Mas pode-se ir ainda mais fundo na análise do *Livro Branco da Governança* – um documento que, além do mais, pretende estabelecer os princípios estruturantes da UE com vista a uma futura (mais bastante próxima) Constituição Europeia⁹ – e chamar a atenção para o facto de :

- Nenhuma medida aí está prevista para ampliar o exercício efectivo de uma « cidadania sem pertença », tal como a concebemos em democracia¹⁰ e, pelo contrário, o que está sempre subjacente à solução preconizada é a ideia de que a participação cívica se deve exercer por intermédio das associações – dos « grupos de pertença » – que, enquanto « *actores da sociedade civil organizada* » desempenhariam « *o papel de mediadores entre os poderes públicos e os cidadãos* »¹¹.

⁸ Instituições que G. Davie caracterizava precisamente como estando cada vez mais afastadas dos seus adeptos...

⁹ O *Livro Branco da Governança Europeia* – e o facto foi muito sublinhado durante o encontro de Bruxelas – pretende « *desencadear um processo* » que será completado pelo « *processo mais vasto de reforma constitucional a iniciar no Conselho europeu de Laeken* »...

¹⁰ O direito à não-pertença – uma das expressões possíveis do direito de associação – não constitui um direito fundamental ?

¹¹ in : *Le rôle et la contribution de la société civile organisée dans la construction européenne* [Comité économique et social de l'UE – JOC-329, 17-11-99]

- Esta concepção inscreve-se de forma muito clara na estratégia de reconhecimento e de reforço dos regionalismos e de todo o tipo de particularismos¹², caminho que só poderá conduzir ao estabelecimento de uma organização comunitarista, corporativista (no sentido político do termo) ou mesmo « lobista » [de « lobby »], da sociedade europeia.

A « Europa dos cidadãos » não será seguramente a das « pertenças », dos comunitarismos, dos regionalismos ou dos clericalismos. O reconhecimento de direitos específicos a grupos (étnicos, confessionais ou outros), a afirmação de particularismos, a promoção de especificidades acima ou a par de valores universalmente partilháveis não poderá nunca constituir um suporte estável para uma sociedade ; o direito (legítimo) à diferença nunca deve conduzir a diferenças de direito, sob pena de levar à situação « clássica » do « todos iguais, mas alguns mais iguais que os outros »...

Em Bruxelas, procura-se « uma Alma para a Europa » – a « mutação saudável » da religião europeia ? – ao mesmo tempo que se visa instalar um modelo de « governança » da UE bastante problemático... quando aquilo de que, presentemente, o « projecto europeu » carece é de um « espaço comum » edificado sobre normas e valores partilháveis e unificadores – leia-se : universalmente aceitáveis –, um espaço concebido, fundado e construído sobre os grandes princípios da Cidadania e da Laicidade.

(Braga, 30/11/01)

*[Texto publicado no boletim do Mouvement
Europe et Laïcité de Dezembro/2001]*

¹² De que um dos exemplos mais notáveis é, sem dúvida, a *Carta das Línguas Regionais e Minoritárias*.